



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ATA N.º 12/2021
do Conselho Académico
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Ao décimo primeiro dia do mês de novembro de 2021, pelas 14h, teve lugar, através de videoconferência, reunião do Conselho Académico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) regularmente convocada pela Diretora da Faculdade e presidente do órgão, Professora Doutora Paula Vaz Freire.

Contou com a presença dos seguintes membros. A saber:

Membros docentes:

Professora Doutora Paula Vaz Freire, que preside

Professora Doutora Susana Antas Videira

Professora Doutora Heloísa Oliveira

Membros não docentes:

Dr. Bertolino Campaniço

Dr. Rui Pina

Membros discentes

Dr. Cláudio Cardona

Maria Luísa Bruges

André Brito

João Massarote

Participou, igualmente, nos termos regimentais e estatutários, a Diretora Executiva, Prof.^a Doutora Cláudia Madaleno, e o Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (AAFDL), Dr. Ricardo Vicente.

Os Professores Luís Pereira Coutinho e Pedro Madeira de Brito, não podendo estar presentes, justificaram previamente a ausência.

A Diretora apresentou os habituais cumprimentos, procedendo-se, de seguida, à **aprovação da ata da reunião anterior**, que foi aprovada por unanimidade.

Passou-se ao ponto segundo da ordem de trabalhos relativo ao **calendário de exames**, cuja documentação de suporte à discussão circulou previamente à reunião, figurando em anexo à presente ata.

A Professora Paula Vaz Freire renovou os seus agradecimentos à Professora Cláudia Madaleno, à AAFDL e à Divisão Académica pelo trabalho realizado na elaboração destas propostas.

Enfatizou a relevância de auscultar os estudantes neste processo de elaboração, assinalando que, até ao momento, não é conhecida, pela Direção, qualquer sugestão de alteração decorrente daquele processo de consulta desenvolvido pela AAFDL e pelos representantes dos estudantes.

Nestes termos, por sugestão dos conselheiros discentes e do Presidente da AAFDL, ficou acordado que, até à aprovação final dos calendários de exames pelo Conselho Pedagógico, serão consideradas, pela Direção, as sugestões que eventualmente ainda possam surgir, acautelando o que deva ser acautelado.

A este propósito, o Dr. Cláudio Cardona transmitiu a preocupação expressa por alguns estudantes insulares e internacionais do mestrado em Prática Jurídica quanto à data de início destas provas, considerando os altos valores que estão a ser cobradas para as viagens de regresso a Lisboa naquele período posterior ao início do novo ano.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Professora Cláudia Madaleno e o Dr. Bertolino Campaniço alertaram para o facto de tal data de início da época de avaliação ter sido oportunamente divulgada no calendário escolar e que um eventual adiamento – que teria que ser considerado, naturalmente, também, para a licenciatura – traria fortes entraves à gestão das várias épocas de exame, incluindo a das provas orais.

O Dr. Cláudio Cardona manifestou compreensão face aos fundamentos invocados para manter a data de início da época normal de avaliação na data prevista no calendário escolar.

O Conselho Académico pronunciou-se, pois, favoravelmente e por unanimidade, aos calendários oportunamente apresentados, com a reserva assinalada de se acautelar alguma sugestão pontual que possa vir a surgir até à respetiva aprovação final.

Entrando-se no terceiro ponto da Ordem de Trabalhos – **Melhorias de Nota/Sistema Fénix** – foi dada a palavra ao Dr. Bertolino Campaniço que recordou a reunião do Conselho Académico de sete de julho p.p. na qual se decidiu uma alteração à tabela de emolumentos e, em particular, à verba 9, Parte B relativa às provas orais de melhoria.

Acrescentou que, na sequência do determinado na referida reunião de julho passado, está a ser ultimada uma parametrização adicional ao Fénix no sentido de atribuir aos alunos a responsabilidade pelo processo de gestão das suas provas orais de melhoria, procedendo, designadamente, à desistência da inscrição efetuada num prazo que importa definir, mas que terá que ser curto para não comprometer a estabilidade dos procedimentos.

O Dr. Cláudio Cardona registou o seu apreço pela implementação desta solução, que deve ocorrer de forma célere e a conselheira Maria Luísa Bruges acrescentou que um dos motivos que leva os alunos a não comparecerem nas provas de melhoria se



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

deve ao facto de não conhecerem, por vezes, atempadamente as datas de realização das respetivas provas, solicitando que o prazo para “desinscrição” seja o mais alargado possível.

O Dr. Bertolino Campaniço esclareceu que as unidades de tempo no Fénix são medidas em minutos, horas ou dias seguidos, o que inviabiliza uma solução, por exemplo, de permitir a “desinscrição” até determinado dia antes da data prevista para a realização da prova e lembrou que, mesmo sem conhecerem o dia concreto da marcação, os alunos já detêm informação bastante – *v.g.* quanto às datas dos turnos e dos exames de coincidência – para poderem assegurar uma gestão mais criteriosa das suas inscrições nas provas de melhoria.

Os conselheiros debateram qual o prazo que deveria ser consagrado para tal efeito, a fim de concluir os trabalhos técnicos e permitir a implementação da solução já na próxima época de provas orais, no decurso do semestre em curso.

Tendo o prazo de vinte e quatro horas parecido muito exíguo e que prazo mais longo (por exemplo de setenta e duas horas, como proposto pelo conselheiro discente André Brito) poderia comprometer a previsibilidade, a eficácia da marcação das provas e a estabilização dos dados, os conselheiros acordaram o prazo de quarenta e oito horas para o efeito.

Nestes termos, e no que respeita às orais de melhoria das disciplinas aprovadas no próprio semestre, o Conselho Académico aprovou, por unanimidade, o prazo de quarenta e oito horas após a inscrição na prova para o aluno se “desinscrever” automaticamente, no Fénix, devendo o sistema ser parametrizado nesse sentido.

Questão conexas com a das orais de melhoria é a das melhorias de nota das disciplinas aprovadas em semestres anteriores, cuja tramitação do processo é diferente nos termos regulamentares, conforme explanou o Dr. Bertolino Campaniço.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Também neste caso, se afigura necessário estabelecer um prazo para o aluno proceder à “desinscrição” automática na plataforma de suporte – o Fénix.

Nestes termos, e por coerência com a solução agora aprovada, foi sugerido pela Diretora que após o termo do prazo dado pela Divisão Académica para a inscrição na melhoria de nota, o estudante disponha de um prazo adicional de quarenta e oito horas para se “desinscrever”.

A proposta foi aprovada por unanimidade, tendo a Divisão Académica sido, também, mandatada para prestar essa informação aos estudantes na própria mensagem de correio eletrónico que fixa o prazo de inscrição e para subsidiar os estudantes com manuais de suporte à realização destas tarefas de “desinscrição” automática no Fénix.

Os conselheiros académicos felicitaram a Divisão Académica e o respetivo responsável por estes trabalhos de desenvolvimento da plataforma Fénix, a qual se está a converter, graças a este esforço concertado também com o Núcleo de Apoio Técnico, no repositório único e centralizado de gestão de informação, o que se afigura muito positivo.

Passou-se, de seguida, ao ponto quarto da Ordem de Trabalhos – **Inscrições em Doutoramento.**

Foi dada a palavra ao conselheiro Cláudio Cardona, que solicitou a inclusão deste tópico na ordem de trabalhos.

Começou por agradecer aos serviços e, em particular, à Divisão Académica pelo trabalho realizado a fim de permitir o normal funcionamento, em particular, do terceiro ciclo.





FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Manifestou, não obstante, preocupação pelo facto de existirem alguns alunos inscritos condicionalmente no doutoramento por ainda não terem discutido as respetivas teses de mestrado, oportunamente entregues, salientando que alguns desses estudantes são mestrandos da FDUL.

O Dr. Bertolino Campaniço esclareceu que se trata de quatro situações de alunos da Escola, estando duas já resolvidas e as demais em vias de resolução.

O Dr. Cláudio Cardona agradeceu a informação prestada e o acompanhamento atento que foi feito das quatro situações sinalizadas.

Passou-se, de seguida, ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos – **Instalações da Faculdade**, colocado na agenda desta reunião por proposta da Professora Heloísa Oliveira, que tomou a palavra para questionar a Direção sobre a recente apresentação em Conselho de Escola da intenção de avançar com a construção do edifício dedicado à investigação.

A Professora Paula Vaz Freire informou que a referida proposta para a construção do edifício quatro (investigação) se insere na necessidade de a Faculdade incrementar a sua aposta na investigação, considerando que conta, hoje, com cinco centros de investigação e oito institutos.

Acrescentou que a construção de um novo edifício tem como pressuposto a proximidade e a possibilidade de ligação aos edifícios atualmente existentes, retomando uma ideia preliminar que já tem mais de uma década.

Após esclarecimento pedido pela conselheira discente Luísa Bruges quanto à localização, em concreto, desse edifício, referiu que o mesmo se situará entre o atual edifício antigo e o parque de estacionamento exterior.



Acrescentou, não obstante, que será necessário articular a localização exata do novo edifício com a área de influência da Torre do Tombo, na qual não é permitido realizar qualquer construção, o que poderá implicar uma maior aproximação ao edifício três (de ampliação da Biblioteca).

Referiu, ademais, a intenção de se proceder à abertura de um concurso público dirigido para a elaboração de um projeto de arquitetura que corresponda às características pretendidas pela Escola.

Nestes termos, e a fim de se proceder à definição criteriosa e exaustiva daquelas características, considerou ser necessário constituir uma comissão que incluía representantes de docentes, funcionários e estudantes.

A Professora Heloísa Oliveira sublinhou o seu apoio a este projeto, sugerindo que a referida comissão possa também integrar representantes dos centros de investigação.

A Professora Paula Vaz Freire agradeceu a sugestão, tendo a Professora Cláudia Madaleno acrescentado que essa preocupação está já acautelada considerando que está prevista a realização de reuniões com representantes de todos os centros de investigação e dos institutos, por forma a determinar as necessidades concretas.

A Professora Heloísa Oliveira manifestou, de seguida, a sua preocupação quanto à manutenção, sobretudo, do edifício novo da Faculdade, apontando algumas situações concretas de obras de melhoramento ou conservação que importa realizar.

A Professora Cláudia Madaleno reconheceu a dificuldade em assegurar cabalmente a manutenção de um edifício que foi inaugurado em 2001, mas que, como é sabido, apresenta deficiências estruturais profundas, exigindo mais esforço de manutenção do que o próprio edifício um, datado dos finais dos anos cinquenta do século XX.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Por outro lado, recordou que a equipa de manutenção da FDUL tem estado envolvida em outros projetos de relevo, como o POSEUR, que reclamam atenção acrescida, o que pode fragilizar o acompanhamento da manutenção corrente.

Não obstante, e para procurar assegurar uma manutenção mais eficaz, superando, na medida do possível e sem prejuízo das falhas estruturais assinaladas, as deficiências existentes, na última reunião do Conselho de Gestão, realizada em 10 de novembro de 2021, foi decidido autorizar o início de procedimento de empreitada de obras públicas para diversas obras de manutenção ordinária dos edifícios da Faculdade.

A Professora Paula Vaz Freire concluiu este tópico, efetuando ponto de situação sobre a obra da Biblioteca, que se estima estar concluída em meados de janeiro de 2022.

Passando-se, ao último ponto da Ordem de Trabalhos – **Outros assuntos** – a Professora Paula Vaz Freire fez apelo ao seríssimo ataque informático ao *datacenter* da Reitoria, que tornou inoperacionais determinados serviços, com particular destaque para o *email* institucional.

Enfatizou o esforço desenvolvido pelo Núcleo de Apoio Técnico da FDUL no sentido de salvaguardar as mensagens localizadas em cada um dos computadores pessoais nos casos em que o acesso era feito com o *Microsoft Outlook*, agradecendo ao Dr. Rui Pina o trabalho realizado.

Ao mesmo tempo, registou o seu profundo desagrado, já transmitido ao Reitor da Universidade de Lisboa e à Vice-Reitora Professora Maria Dulce Domingos, pela ausência de informação por parte do Departamento de Informática dos Serviços Centrais.

Lembrou que a comunicação atempada por parte dos serviços centrais para as áreas técnica locais é indispensável a fim de ser possível, por um lado, gerir as expectativas de centenas de utilizadores perante a grave situação em presença e, por outro, assegurar a transparência do próprio processo.

Logo, afigura-se inaceitável que as informações que vão sendo obtidas o sejam a muito custo, por vias informais e por vezes contraditórias, desconhecendo-se, perante a gravidade da situação e o impacto que está a causar, as previsões dos serviços centrais, bem como os planos de trabalho que se propõem seguir, na tentativa de repor a normalidade.

Foi dada a palavra ao Dr. Rui Pina para elucidar os presentes sobre o tipo de ataque em causa e explicitar as consequências possíveis.

Com efeito, atenta a referida falta de informação, ainda não é possível perceber se os emails não transitados para pastas de arquivo foram perdidos e, sendo esse o caso, se haverá forma de os recuperar, como também não se conhece que plano existe para se retomar o acesso à conta de email via Outlook.

O responsável pelo Núcleo de Apoio Técnico lamentou, de resto, a circunstância de os serviços da Universidade não se terem acautelado devidamente, a fim de proteger informação sensível.

Os conselheiros discutiram amplamente o modelo de organização dos serviços centrais e a resposta, por vezes insuficiente, dada às dezoito Escolas que, após a fusão com a Universidade Técnica, passaram a integrar a Universidade de Lisboa.

A Professora Heloísa Oliveira sublinhou este juízo de crítica e enfatizou que a centralização de serviços não pode ser um mero processo de intenções, devendo, antes, estar alicerçada numa capacidade de resposta forte e adequada às necessidades das Escolas que a integram, racionalizando custos e otimizando resultados.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O conselheiro Cláudio Cardona enfatizou o esforço desenvolvido pelo Núcleo de Apoio Técnico no sentido de proteger a FDUL, tanto quanto lhe é possível, dos constrangimentos assinalados.

De seguida, a Professora Heloísa Oliveira tomou a palavra para lamentar a circunstância de, na Equipa Reitoral, as Faculdades estarem representadas por Docentes, exceto a Faculdade de Direito, que está associada a uma Vice-Reitora que, apesar de licenciada em Direito, não parece ter qualquer relação com a Faculdade. Por outro lado, lamentou que o agendamento das provas de mestrado não seja realizado de forma atempada e em cumprimento dos prazos regulamentares, no que foi secundada pelo Dr. Cláudio Cardona que, já por diversas vezes, assinalou esta preocupação.

A Professora Paula Vaz Freire informou que existe, da parte de todos os órgãos e serviços envolvidos, a consciencialização de que o problema dos atrasos na marcação das provas existe e tem que ser resolvido.

Salientou que, no que respeita ao doutoramento, tem havido avanços positivos graças, também, ao trabalho da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

No que respeita, em particular, ao mestrado, acrescentou que está a ser desenvolvida uma funcionalidade na plataforma Fénix que irá permitir encurtar esses prazos, centralizando a informação e os canais de comunicação.

O Dr. Bertolino Campaniço explicitou essa funcionalidade, cujo arranque de parametrização está previsto para meados do corrente mês de novembro e que poderá estar implementada muito em breve se existir capacidade de resposta por parte dos serviços da Reitoria.

Sublinhou, não obstante, que a solução técnica e os procedimentos já definidos auxiliam a resolver o problema, mas a sua cabal superação não dispensa, naturalmente, a intervenção dos presidentes dos júris no agendamento das provas.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O conselheiro André Brito registou preocupação pelo facto de o serviço de tutoria ter, neste semestre, iniciado mais tarde do que seria desejável.

A Professora Susana Videira, que assegura a seleção dos tutores das disciplinas dos Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas confirmou esse atraso na receção das candidaturas, tendo informado que, no seu caso, deu a máxima prioridade à seleção, que devolveu no prazo de quarenta e oito horas.

Nestes termos, e a fim de o Conselho Académico poder ser informado acerca dos fundamentos do atraso no processo de seleção de tutores neste semestre, será convidado a participar numa próxima reunião o Dr. André Marçal.

Esgotada a Ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar, foi a reunião concluída pelas dezasseis horas e vinte minutos, tendo a próxima ficado agendada para dia 10 de dezembro às 12h00.

A Presidente do Conselho Académico

(Prof.ª Doutora Paula Vaz Freire)

A Secretária

(Prof.ª Doutora Susana Antas Videira)

